

Do *homo oeconomicus* ao sujeito de desempenho: trajetória do sujeito no modelo neoliberal nos pensamentos de Foucault e Byung-Chul Han

From *homo oeconomicus* to the performance subject: the trajectory of the subject in the neoliberal model in the thoughts of Foucault and Byung-Chul Han

Del *homo oeconomicus* al sujeto de rendimiento: la trayectoria del sujeto en el modelo neoliberal en los pensamientos de Foucault y Byung-Chul Han

Recebido: 01/03/2020 | Revisado: 02/03/2020 | Aceito: 11/03/2020 | Publicado: 20/03/2020

Florêncio Augusto Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4097-7110>

Faculdade Novo Milênio, Brasil

E-mail: florencioaugusto@gmail.com

Pablo Ornelas Rosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9075-3895>

Universidade Vila Velha, Brasil

E-mail: pablorosa13@gmail.com

Giovanna Rosario Soanno Marchiori

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0498-5172>

Faculdade Novo Milênio, Brasil

E-mail: giovannasoanno@gmail.com

Resumo

Através de um estudo arqueológico, Foucault discorre sobre o *homo oeconomicus*, que surge na racionalidade neoliberal e de suas relações de poder. Na atualidade, Byung-Chul Han apresenta este sujeito empreendedor de si, agora sobre uma nova roupagem do sujeito de desempenho. Nessa perspectiva, o objetivo desse estudo consistiu em dialogar com a analítica foucaultiana, sobre o contexto da biopolítica o sujeito histórico, paulatinamente transformado em *homo oeconomicus*, e com a análise de Han, sobre o contexto da psicopolítica que demonstra que este sujeito está migrando de uma sociedade da disciplina para uma sociedade

do desempenho. Trata-se de um ensaio-teórico, exploratório de abordagem qualitativa sobre as mudanças no contexto social, político e econômicas ocorridas nas sociedades modernas do século XXI, bem como os efeitos das tecnologias de controle sobre as atividades laborais. Os resultados indicam que o *homo oeconomicus* está migrando de um contexto da biopolítica e passa agora a operar como sujeito de desempenho, tendo em vista que não são mais os indivíduos da obediência que preponderam nesse contexto, mas os indivíduos do desempenho e da produção. A analítica de Foucault encontra limitações na atualidade, tendo em vista que o autor não chegou a vivenciar plenamente o contexto ciberespacial, conforme podemos identificar nos textos escritos por Han. Constata-se que mesmo limitado às questões do século XX, Foucault se tornou um autor imprescindível para tratar do século XXI justamente porque foi a partir da noção de empreendedorismo de si que Han apresentou o que chama de sujeito de desempenho. Conclui-se que a construção do *homo oeconomicus* do século XXI ultrapassa o corpo físico e agora alcança a psique humana, subjetivado agora pela psicopolítica.

Palavras-chave: Foucault; Byung-Chu Han; Neoliberalismo; Capital humano; Sujeito de desempenho.

Abstract

Through an archaeological study, Foucault discusses the *homo oeconomicus*, which appears in neoliberal rationality and its power relations. Nowadays, Byung-Chul Han introduces this entrepreneur subject of himself, now under a new guise of the performance subject. In this perspective, the objective of this study was to dialogue with Foucauldian analytics, about the context of biopolitics the historical subject, gradually transformed into *homo oeconomicus*, and with Han's analysis, about the context of psychopolitics that shows that this subject is migrating from a discipline society for a performance society. This is a theoretical essay, exploratory with a qualitative approach on the changes in the social, political and economic context that occurred in modern societies of the 21st century, as well as the effects of control technologies on work activities. The results indicate that *homo oeconomicus* is migrating from a context of biopolitics and is now operating as a performance subject, considering that it is no longer obedience individuals that prevail in this context, but performance individuals. and production. Foucault's analysis finds limitations nowadays, considering that the author did not fully experience the cyberspace context, as we can identify in the texts written by Han. It appears that even limited to the issues of the 20th century, Foucault became an essential author to deal with the 21st century precisely because it was from the notion of self-

entrepreneurship that Han presented what he calls the performance subject. It is concluded that the construction of the 21st century *homo oeconomicus* goes beyond the physical body and now reaches the human psyche, now subjectified by psychopolitics.

Keywords: Foucault; Byung-Chu Han; Neoliberalism; Human capital; Performance subject.

Resumen

A través de un estudio arqueológico, Foucault analiza el *homo oeconomicus*, que aparece en la racionalidad neoliberal y sus relaciones de poder. Hoy en día, Byung-Chul Han presenta este tema emprendedor de sí mismo, ahora bajo una nueva apariencia del sujeto de rendimiento. En esta perspectiva, el objetivo de este estudio era dialogar con la analítica foucaultiana, en el contexto de la biopolítica, el sujeto histórico, transformado gradualmente en *homo oeconomicus*, y con el análisis de Han, en el contexto de la psicopolítica, que muestra que este sujeto está migrando de una sociedad de la disciplina. para una sociedad del rendimiento. Este es un ensayo teórico, exploratorio con un enfoque cualitativo sobre los cambios en el contexto social, político y económico que ocurrieron en las sociedades modernas del siglo XXI, así como los efectos de las tecnologías de control en las actividades laborales. Los resultados indican que el *homo oeconomicus* está migrando desde un contexto de biopolítica y ahora está operando como un sujeto de desempeño, considerando que ya no prevalecen individuos de obediencia en este contexto, sino individuos de desempeño y producción. El análisis de Foucault encuentra limitaciones hoy en día, considerando que el autor no experimentó completamente el contexto del ciberespacio, como podemos identificar en los textos escritos por Han. Parece que incluso limitado a los problemas del siglo XX, Foucault se convirtió en un autor esencial para lidiar con el siglo XXI precisamente porque fue por la noción de autoemprendimiento que Han presentó lo que él llama el tema del rendimiento. Llegamos a la conclusión de que la construcción del *homo oeconomicus* del siglo XXI va más allá del cuerpo físico y ahora llega a la psique humana, ahora subjetivada por la psicopolítica.

Palabras clave: Foucault; Byung-Chu Han; Neoliberalismo; Capital humano; Sujeto de rendimiento.

1. Introdução

O capital humano é composto das capacidades, destrezas e habilidades dos indivíduos agregados ao seu potencial valor econômico, sendo, portanto, um produto de investimentos prévios produzidos pelo próprio indivíduo, conforme mostrou Lopez-Ruiz (2008). Todavia, o autor ainda afirma que Foucault, não tinha dúvidas que os economistas estadunidenses (sobretudo, os pertencentes à escola de Chicago) se interessavam pelos trabalhadores que buscavam a diferenciação no trabalho e no investimento de habilidades específicas para que ocorresse a melhora da produção.

As análises de Foucault sobre a biopolítica apresentadas em seu curso ministrado no Collège de France entre 1978 e 1979, que resultou no livro *Nascimento da biopolítica*, retomam a discussão sobre as transformações e as novas relações de poder encontradas nas diversas esferas que perpassam não apenas uma razão de Estado, mas, sobretudo, uma razão governamental. Contudo, essa arte de governar, tratada como governamentalidade, conforme sustentou o autor, foi apresentada principalmente em seu curso proferido no Collège de France, no ano anterior, em 1978, que resultou no livro intitulado *Segurança Território, População*.

A partir do pensamento de Foucault sobre a biopolítica, busca-se ampliar os desdobramentos desse conceito devido a mudanças no contexto social-político-econômico das últimas décadas. A metodologia do artigo corresponde a um ensaio-teórico, exploratório de abordagem qualitativa. “O ensaio é um meio de análise e elucubrações em relação ao objeto [...]. A forma ensaística é meio para apreender a realidade, por renúncia ao princípio da identidade. [...] seu princípio está nas reflexões em relação aos próprios sistemas ou modelos” (Meneghetti, 2011, p.323). Para tanto, utilizaremos em nossas análises os pensamentos do filósofo Byung-Chul Han sobre o empreendedorismo de si, por meio do sujeito de desempenho, pós-disciplinar, acelerado, positivo e empoderado ao limite.

Objetiva-se dialogar com a analítica foucaultiana, sobretudo, no que se refere à genealogia do poder, versando sobre o contexto da biopolítica que passou a produzir certo sujeito histórico, paulatinamente transformado em um *homo oeconomicus*, motivado principalmente por ganhos e orientado pela racionalidade neoliberal.

2. Análise e discussão

2.1 Antecedentes do neoliberalismo

Para Foucault (2008a), a genealogia do liberalismo parte da necessidade da flexibilização das práticas governamentais após o século XVII, tratadas por ele como *Estado de Polícia*. Este governo regulado pela intervenção e vigilância tinha como objetivo o controle acerca das atividades humanas, na busca pelo desenvolvimento e fortalecimento do próprio Estado.

No século XVIII, surgem as ideias apresentadas pelos fisiocratas (chamado pelo autor de governo da natureza) que visavam deixar o mercado livre de intervenções do Estado, no qual afirmavam que os preços se regulamentarem de acordo com os mecanismos naturais do comércio. Todavia, Foucault (2008a) afirmava que mesmo no liberalismo já havia o entendimento da liberdade econômica, mas ela não estava atrelada a uma regulamentação jurídica, e sim a uma regulamentação espontânea, natural, ditada e, portanto, gerida por certo entendimento acerca da natureza.

Para Danner (2011), o mercado liberal surge em meados do século XVII deixando de ser um lugar de justiça, seja pela regulação das mercadorias ou dos preços (ou por controle e proteção contra fraudes) passando para o lugar de verificação, do verdadeiro preço. Para Foucault (2008a), é esta mecânica, a da verdade, que será incorporada nas práticas governamentais. Para os autores, um bom governo para o mercado liberal será aquele que enxergando as verdades, darão voz e legitimação para elas.

O mercado que surgiu em meados do século XVII não era necessariamente um lugar de jurisdição, tendo em vista que ele apareceu inicialmente ao mesmo tempo de duas formas: De um lado, era algo que obedecia ou deveria obedecer a mecanismos “naturais”, isto é, mecanismos espontâneos, ainda que não seja possível apreendê-los em sua complexidade; de outro lado e é a partir desse segundo sentido que o mercado se tornou um lugar de verdade, não só deixava aparecer os mecanismos naturais, como esses mecanismos naturais, quando deixavam de agir, possibilitavam a formação de certo preço que Boisguilbert³ passou a chamar de preço “natural”, tratados pelos fisiocratas como “bom preço”⁴, que posteriormente será chamado de “preço normal”, conforme mostrou (Foucault, 2008a, pp. 43-44).

Outro ponto importante para o desenvolvimento do liberalismo segundo Danner (2011), são as ações governamentais desenvolvidas sob uma perspectiva utilitária, ou seja,

intervindo no mercado somente quando for necessário. O governo e o mercado trabalham sobre as perspectivas de interesses recíprocos. Temos, portanto, um governo trabalhando para os interesses individuais e coletivos (utilidade social) e pela captação de recursos e sobre o equilíbrio da legalidade. Os autores também apontam, o que a busca do equilíbrio do mercado europeu do século XVII e de suas relações internacionais, também contribuíram para o crescimento do mercado liberal.

Bachur (2006, p.168) relata que, historicamente, o liberalismo econômico clássico, surgiu não apenas da busca pelo mercado livre, mas a partir do que o autor chamou de “emancipação humana conduzida pelo Iluminismo do Século XVIII”. Este liberalismo, na verdade, é mais um componente (neste caso do mercado) das tensões existentes naquele período. Segundo o autor, a expressão *laissez faire, laissez passer* proferida pelos antigos fisiocratas, vai além do viés econômico, na medida em que também incorporava uma luta política contra os modelos absolutistas ainda vigentes naquela época.

O autor (Moraes, 2001) afirma que no livro *A riqueza das nações*, publicado em 1776 por Adam Smith, inaugurou as ideias principais do modelo liberal, no qual o autor afirmava que o mundo seria melhor se houvesse uma melhoria da *livre iniciativa* nas relações econômicas, menor regulamentação do Estado, evitando os monopólios e gerenciando funções gerais, sem interferir nas atividades econômicas.

O mesmo autor (Moraes, 2001) argumenta que, para Smith (1983), o estado deveria garantir a segurança pública, o direito de propriedade e de contratos, assim como a prestação daqueles serviços assistenciais de utilidade pública. Portanto, seria a partir dessa doutrina liberal que se vislumbraria como resultado um sistema harmonioso e organizador decorrente de ofertas e demandas mediadas por um mecanismo de preços.

Os autores (Dardot & Laval, 2017) explicam que o liberalismo clássico do século XVIII caracterizou-se pelas definições dos limites do Governo que através de leis e marcos regulatórios, preferencialmente econômicos levaram a regular também as decisões políticas. Isto provocou o movimento do Governo liberal na promoção do *laissez-faire* ou de doutrinas do direito natural buscando sempre estimular e orientar os interesses individuais para o fortalecimento econômico do próprio mercado.

Assim é que os interesses e os sentimentos privados dos indivíduos naturalmente os induzem a converter seu capital para as aplicações que, em casos ordinários, são as

mais vantajosas para a sociedade. Contudo, se movidas por essa preferência natural, as pessoas canalizarem uma parcela excessiva do capital para essas aplicações, a queda do lucro nelas verificada e o aumento do lucro em todas as outras aplicações as disporão a alterar essa distribuição errônea de capital. Eis por que, sem qualquer intervenção da lei, os interesses e sentimentos privados das pessoas naturalmente as levariam a dividir e distribuir o capital de cada sociedade entre todas as diversas aplicações nela efetuadas, na medida do possível na proporção mais condizente com o interesse de toda a sociedade (Smith, 1983, p. 120).

Dardot e Laval (2017), também explicam que devido aos diversos cenários político-sociais e históricos vividos neste período do liberalismo clássico também surgiram caminhos divergentes para o entendimento das regras do mercado bem como dos modelos de reforma social o que trará para o século XX crises econômicas e novos modelos de mercado. As crises econômicas decorrentes das divergências do liberalismo clássico no final do século XIX e a busca do fortalecimento de políticas de combate ao socialismo e todas as versões do totalitarismo, fazem surgir na Europa uma nova doutrina econômica, refundada chamada de neoliberalismo.

2.2 Modelos pós liberais

Dardot e Laval (2017) reforçam que foi a partir de 1938, na Europa que surgiram as duas grandes correntes neoliberais: a corrente do ordoliberalismo alemão da Escola de Friburgo e a corrente Austro-americana. Para os autores, Walter Lippmann foi o primeiro a realizar um colóquio sobre o modelo pós liberal em 26 de agosto de 1938, com a presença de Friedrich August von Hayek, Jacques Ruelf, Raymond Aron, Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow.

No final da década de 1940, mais especificamente em 1947, reuniram-se junto à Hayek, vários outros filósofos, políticos e economistas resultando na criação de uma organização internacional para a promoção dos ideais econômicos baseados na mínima intervenção do Estado no mercado e no combate ao *welfare state*⁹ e ao *new deal*¹⁰. Este evento ocorreu na localidade de Mont Pèlerin, na Suíça, e que acabou originando o nome para esta organização, que ficou conhecida por Sociedade Mont Pèlerin (Rosa, 2014).

Mas, segundo Rosa (2014), o pensamento neoliberal só veio ganhar força a partir do encerramento da segunda guerra mundial através das ideias de Friedrich August von Hayek principalmente após a sua obra *O caminho da servidão*, e de pensadores como Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman,

Michael Polanyi, dentre outros, uma vez que as suas críticas eram direcionadas ao modelo social democrata, defendida inicialmente pelo economista britânico John Maynard Keynes.

Nos anos 1960, o neoliberalismo passou a se manifestar através da economia de mercado, e conseqüentemente também se consolidou por meio de um novo tipo de economia política, que já não se restringia propriamente às políticas governamentais na medida em que agora passava a atuar próximo da sociedade, em suas relações sociais, assim como nos comportamentos individuais. Costa (2009) acrescenta que estas relações começaram a se mesclar e se generalizar no próprio comportamento social.

Talvez tenha sido por isso que Foucault (2008a) atribuiu ao modelo pós-liberal como uma nova razão governamental fundamentada em um suposto Estado mínimo, na qual o governo já não precisa intervir diretamente nas “coisas e pessoas”. O que o governo neoliberal deveria fazer é procurar reduzir ao máximo sua capacidade de regular os interesses do Estado através de certo modo de subjetivação que orienta os sujeitos a operarem por meio da racionalidade mercantil. Desse modo, o governo neoliberal passou a regular tanto os interesses coletivos quanto individuais, através de regras que garantiria uma economia de Estado.

Nesse sentido, a economia deveria buscar o equilíbrio no próprio mercado, que estabeleceria suas próprias regras – a chamada auto-regulamentação econômica - no qual o Estado não deve interferir diretamente na mesma prevalecendo o *laissez-faire* (Foucault, 2008a).

Para Rosa (2014), somente com a chegada da forte recessão mundial que ocorreu principalmente em 1973, considerada a mais forte desde a Segunda Guerra Mundial, que os pensamentos neoliberais abandonam o processo teórico de quase 20 anos e iniciam suas práticas governamentais. Em 1979, Margareth Thatcher inicia as políticas conservadoras deste modelo na Inglaterra, seguida de Ronald Reagan nos anos seguintes nos Estados Unidos, assim como no governo de Augusto Pinochet, no Chile ainda na década de 1970.

No século XX, a economia mundial sofreu altas e baixas com as influências do desdobramento da Segunda Guerra Mundial, da recessão econômica dos anos de 1970 e da divisão do mundo entre blocos capitalistas e socialistas, bem como suas conseqüências políticas e econômicas conhecidas como guerra fria. Este cenário mundial, também influenciou regionalmente os pensamentos das Escolas de economia que defendiam o modelo

econômico neoliberal, surgindo assim a Escola de Friburgo e a Austríaca, ambas na Europa, e a de Chicago, nos Estados Unidos (Matos, 2008).

A Escola Austríaca foi fundada por Karl Menger, dentre outros economistas como Walras e Jevons que não eram necessariamente austríacos, e posteriormente seguida por Ludwig Von Mises. Mas foi a obra *O caminho da servidão*, de Friedrich August von Hayek, publicada em 1944, que deu visibilidade aos fundamentos teóricos e metodológicos neoliberais lançados um ano antes das eleições gerais da Inglaterra, em 1945. Nesse escrito, o autor traça duras críticas ao intervencionismo do Estado inglês e ao partido trabalhista que vigorava naquela época (Matos, 2008).

Segundo Matos (2008), o neoliberalismo associado à escola austríaca de economia pregava o combate à crise econômica através do enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores e a redução do Estado no que se refere ao controle monetário. Também defendiam veementemente a descontinuidade da proteção do emprego por meio da repressão de greves e reformas fiscais destinadas ao incentivo da economia e através da redução da carga tributária sobre rendimentos mais altos.

Para o autor, a Escola austríaca ataca qualquer forma de intervenção do Estado na economia, afirmando que o liberalismo econômico promovido pelo mesmo é o melhor caminho para a harmonia da sociedade. Em similaridade à outras Escolas, prega que o mercado deve ser regulado pela concorrência, e o melhor caminho para as conquistas sociais está no protagonismo individual, alimentado pela subjetividade no que se refere ao direito à propriedade privada, bem como as liberdades individuais que os transportam para o mesmo loop concorrencial incentivados nas empresas (Matos, 2008).

Dardot e Laval (2017), explicam que o neoliberalismo não é simplesmente o ressurgimento do liberalismo clássico, ou seja, uma renovação dos pensamentos de Adam Smith. Há uma nova lógica no mercado. O Estado é governamentalizado no sentido de produzir novos dispositivos institucionais visando a criação das concorrências, introduzindo as lógicas das escolhas e desenvolvendo medidas de desempenho que geram mudanças na conduta do trabalhador e de suas relações com o trabalho que paulatinamente o fazem governamentalizar a condição de empresários de si. Desse modo, o Estado, segundo os autores promoveria mudanças nas políticas educacionais e acadêmicas visando produzir esse sujeito que age motivado por ganhos.

Após o século XVIII, houve transformações significativas acerca dessa razão de Estado. Pois, o cenário mundial diversificado após a Segunda Grande Guerra Mundial e o engajamento da economia política ao longo do tempo permitiram com que surgissem versões de modelos liberais. Foucault, (2008a) em suas palestras que deram origem ao livro *Nascimento da biopolítica*, evidenciou duas versões de modelos que se seguiram a partir do liberalismo, o qual, chamou de neoliberalismo, a saber, o Ordo liberalismo alemão e o neoliberalismo da Escola de Chicago, desenvolvido a partir da chamada Teoria do Capital Humano.

Para Foucault (2008a), a passagem do modelo de Estado de economia política liberal para o modelo neoliberal, esteve condicionada a ideia da racionalidade econômica interferindo diretamente nas demais esferas como por exemplo, nas relações de trabalho e na vida social. A esta nova dinâmica de racionalização governamental e suas micro derivações políticas, o autor classifica como biopolítica.

[...] O neoliberalismo não é um modo de governo que faz da adesão a uma doutrina, o meio privilegiado do poder; ele se apoia, sobretudo, na coerção que exerce sobre os indivíduos por meio da situação de concorrência que coloca ativamente na prática. É justamente por isso que nós falamos de uma “racionalidade” comandando as práticas desde o interior[...]. Essa razão do “mundo” é global, “faz mundo” no sentido de que ela atravessa todas as esferas da existência humana sem se reduzir à esfera propriamente econômica (Andrade & Ota, 2015).

2.2.1 Ordoliberalismo alemão

O Estado Alemão, após a Segunda Guerra Mundial, encontrava-se em uma situação de sérias dificuldades financeiras decorrentes da sua derrota para os países aliados e buscava o seu reequilíbrio econômico. Portanto, encontrava-se diante de um enorme desafio que era se desvencilhar do regime econômico hitlerista, que era caracterizado pela concentração do poder estatal e na economia planificada implantada durante aquela guerra (Oliveira, 2013).

Foucault (2008a) acrescenta, que além das diversidades encontradas no modelo econômico alemão do pós-guerra, (como a concentração do poder do Estado e a economia planificada), também havia uma forte política de protecionismo dos trabalhadores, bem como uma forte aceitação dos ideais fundamentados no Estado de bem-estar social. Foi neste cenário que surgiram os conceitos neoliberais da escola de Friburgo, surgindo assim o ordoliberalismo.

Segundo Foucault (2008a), os ideais ordoliberais tiveram início na Universidade de Friburgo, através, inicialmente de Walter Eupkenem, em 1940, e que passou a ganhar força na Alemanha a partir de 1948, através de outros pensadores como Franz Bohm, Wilhelm Röpke e Alexander Rüstow. Segundo Oliveira (2013), o ordoliberalismo também era chamado de economia social de mercado.

Schnyder & Siems (2012), explicam que no ordoliberalismo o Estado deve criar o ambiente ideal para a economia se manter de forma que garanta a competitividade e a concorrência, evitando assim a concentração econômica em grupos empresariais, de forma também evitar o monopólio. Neste modelo de economia social de mercado, os autores afirmam que o Estado é ativo e liberal, porém, intervém sempre que for necessário para manter o equilíbrio econômico.

Deste modo, Schnyder e Siems (2012) consideram o ordoliberalismo como sendo um modelo neoliberal de terceira via, uma vez que o associam à certo socialismo de livre comércio em que o Estado intervém no mercado buscando garantir direitos sociais, diferindo-se da radicalização do Estado mínimo como defendem os pensadores anarcocapitalistas estadunidenses, bem como Milton Friedman, George Stigler, Theodore Schultz.

2.2.2 Neoliberalismo estadunidense e teoria do capital humano

Temos, portanto, uma sociedade que se torna o próprio objeto de intervenção do Estado. Esta racionalidade foi criada pelo próprio neoliberalismo, promovendo a concorrência entre as empresas, sociedade e indivíduos. Quanto ao indivíduo, este modelo estimula cada vez mais a diferenciação no trabalho humano, para promover a melhoria da produção. Esta governamentalidade pós-liberal estadunidense levou a individualização das políticas sociais e econômicas, seguindo o mesmo molde para as empresas, grupos sociais, famílias e os próprios sujeitos (Foucault, 2008a).

Renomados pesquisadores como Friedman, Stigler, Schultz, dentre muitos outros economistas, que a partir da década de 1950, deram notoriedade à *Escola de Chicago* além de defenderem o livre mercado estadunidense, também argumentavam acerca da importância das capacidades cognitivas e destrezas dos sujeitos que deveriam adquirir assim *valor de mercado*, apresentando agora, como forma de capital. George Stigler e Theodore Schultz certamente são alguns destes economistas que mais defendem a chamada *Teoria do capital humano* (Costa, 2009).

Friedman (2019), um dos importantes nomes da Escola de Chicago, em sua obra intitulada *Capitalismo e Liberdade* publicada inicialmente em 1962, versa sobre o capitalismo competitivo, evidenciando o empreendedorismo privado como mola propulsora do livre mercado. Como exemplo, cita o tema da educação (que difere da Escola de Friburgo), no qual em seu capítulo sexto, chamado de Papel do Governo na Educação, defende que o processo educacional seja exclusivamente dado à iniciativa privada, delegando ao Estado somente os subsídios financeiros para garantir a educação equilibrada entre pobres e ricos.

Kelniar, Lopes e Pontili, (2013), relatam que o Theodore William Schultz, Gary Stanley Becker e Jacob Mincer, da Universidade de Chicago, ainda na década de 1960, foram os precursores dos estudos que correlacionavam a formação dos trabalhadores com a renda individual, descrevendo que além do papel importante do capital físico no fortalecimento da economia de livre mercado os investimentos na educação do trabalhador também se traduzia em crescimento econômico.

Leme (2010) concluiu em seu trabalho sobre neoliberalismo, globalização e reformas do Estado que o modelo neoliberal na busca do equilíbrio do mercado coloca o Estado em um ponto de neutralidade, com o mínimo de interferências, permitindo ao mercado conduzir as relações de produção e reprodução do capital. O autor afirma que o processo de globalização de um certo modo veio a fortalecer o modelo neoliberal, inclusive, interferindo nas políticas econômicas do Brasil, onde lideranças políticas do país, atores e grupos hegemônicos dessa sociedade adotaram diversas práticas, a exemplo das privatizações dos setores de infraestrutura.

Segundo Rosa (2014, p. 142), o neoliberalismo estadunidense ultrapassa o seu viés político e econômico do modelo liberal fundamentando-se nos pensamentos de Hayek, que afirma que o neoliberalismo passa a atuar de forma dinâmica e conseqüentemente construindo novos modos de subjetivação. Hayek parte das ideias de que precisávamos de um liberalismo que realmente fosse pensamento vivo.

Rosa (2014, p. 142), continua:

[...] o neoliberalismo que acendeu nos Estados Unidos não passou a atuar como mera alternativa técnica de governo, mas como novo modo de pensar, um novo estilo geral de pensamento, de análise de imaginação e de racionalidade, que acabou sendo governamentalizado [...] (Rosa, 2014, P. 142).

Segundo Campos (2014) uma das prioridades do modelo neoliberal estadunidense, era deter os índices inflacionários pelo viés econômico-monetário e reanimar o capitalismo global, garantindo um aumento dos lucros dos grandes investidores na medida em que supostamente se fortaleceria o equilíbrio das contas do Estado. Desse modo, houve certa procura pela estabilização da moeda e mesmo não havendo um aumento importante da produção, o crescimento das taxas de lucro aumentaram, porém sobre um ônus para o trabalhador, que viu não apenas sua força sindical diminuir, mas também seus direitos serem comprometidos, além de presenciarem o aumento nas taxas de desemprego, o que potencializou um aumento vertiginoso das desigualdades sociais.

Segundo Andrade (2019) a concorrência gerada no modelo econômico neoliberal promove uma série cíclica de crises sociais e financeiras. Por acarretar a redução de suas capacidades de investimento, liquidez e do orçamento, também geram como consequências o endividamento, o desemprego e a falência.

Diante do desemprego e das dívidas, essa mesma racionalidade concorrencial induz o sujeito empreendedor de si a melhorar a gestão dos seus recursos buscando alternativas em suas relações de trabalho e na produção. Ou seja, reforça subjetivamente a lógica do mercado neoliberal, adaptando-os para se tornarem mais eficazes e competitivos, mantendo assim o ciclo de crises sociais de financeiras (Andrade, 2019).

Segundo Costa (2009), a atividade laboral passou ser potencializada pela valorização da economia política, fazendo com que o trabalho humano deixasse de ser uma mera conduta de troca ou de fatos de consumo e passasse a ser um comportamento econômico e, portanto, uma nova racionalidade ou mesmo um modo de subjetivação. Nesta perspectiva, conforme constatou Foucault (2008a) ao tratar da governamentalidade e do *homo oeconomicus* a partir do seu livro intitulado *Nascimento da biopolítica*, é possível compreender que a emergência dessa racionalidade acabou induzindo o indivíduo se empreender como capital humano, passando a agir como uma empresa neoliberal que o incentivava a fazer determinado investimento em si.

Em suma, a estreita interface dessa teoria do Capital Humano com a educação está, portanto, na importância que a primeira atribui à segunda, no sentido de que a educação funcione como investimento, cuja acumulação permitiria não só o aumento da produtividade

do indivíduo-trabalhador, mas também a maximização crescente de seus rendimentos ao longo de sua vida (Costa, 2009, p. 177).

Sobre conceitos de Schultz e Stigler acerca do capital humano, Foucault (2008a) desenvolveu estudos sobre biopolítica e principalmente sobre o que chamou de governamentalidade neoliberal. Mas, antes, vale ressaltar que Foucault difere o neoliberalismo alemão (ordoliberalismo) e neoliberalismo estadunidense. No neoliberalismo estadunidense, que será discutido neste trabalho, Foucault afirma que o seu surgimento decorreu do confronto dos “pactos sociais de guerra” e do crescimento da administração através de programas econômicos e sociais. Ao contrário do ordoliberalismo que buscava se desvencilhar do nazismo e do socialismo soviético, o neoliberalismo americano ou estadunidense reivindicava a diminuição do dirigismo estatal e ampliação da racionalidade de mercado, visando ações econômicas (Foucault, 2008b).

O capital humano, portanto, passa a ser creditado pelos defensores do anarcocapitalismo, por exemplo, como uma variável importante do modelo econômico neoliberal, sendo responsável pelo suposto aumento da produção através da aplicação de novas técnicas e ferramentas de gestão, e promotor também da diminuição dos custos da mesma, favorecendo ainda mais o mercado competitivo (Viana & Lima, 2010).

Hamann (2012), relata que Foucault, na obra *Nascimento da biopolítica* discorre sobre a obra de Gary Becker, afirmando que devido ao trabalhador assalariado no neoliberalismo receber seu salário como renda recebida pelo gasto do “capital humano” e não mais como venda da sua força de trabalho (como *commodity*), os trabalhadores saem da ótica de dependentes do empregador, e são moldados como homens livres e autônomos. Sendo, portanto, responsáveis por suas decisões e pelo investimento próprio.

2.3 *Homo oeconomicus* evidenciado por Foucault no século XX

Foucault (2005), afirma que nos séculos XVII e XVIII, as tecnologias do poder eram centradas nos corpos individuais dos sujeitos, visando treiná-los e condicioná-los, no intuito de maximizar suas aptidões físicas. O poder disciplinar através dos seus sistemas de vigilância e racionalização estabelecem o que é permitido e o que é proibido, sendo aos que estiverem fora da normalidade, estarem sujeitos a punição.

Ora, nos séculos XVII e XVIII ocorreu um fenômeno importante: o aparecimento - deveríamos dizer a invenção de uma nova mecânica do poder, que

tem procedimentos bem particulares, instrumentos totalmente novos, uma aparelhagem muito diferente e que, acho eu, e absolutamente incompatível com as relações de soberania. Essa nova mecânica de poder incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita (Foucault, 2005, p.44).

No entanto, Foucault (2005) acrescenta que a partir do século XVII, surge uma nova tecnologia de poder, que não exclui o poder disciplinar. Ao contrário, se fortalece e simbioticamente o agrega e o complementa ao que chamou de biopolítica.

Citando Veiga-Neto (2005), Guareschi, Lara e Adegas (2010), explicam que as políticas públicas, enquanto ações do governo, são construídas como direcionadores da conduta do sujeito e dos grupos sociais, ou seja, o Estado moderno não governa sobre a vida e a morte do indivíduo como na soberania clássica¹¹ e sim através de suas diversas ações governamentais, que constroem novas subjetividades baseadas na disciplina e nas biopolíticas.

Diferente das tecnologias disciplinares, a biopolítica ou biopoder, agora atua no “homem vivo”, enquanto “homem espécie” e não mais no homem indivíduo. O biopoder atua na multiplicidade dos homens, na medida em que eles formam uma massa global, com interferência sobre suas próprias vidas, como nos processos de “nascimento, a morte, a produção, a doença etc.” (Foucault, 2005, p. 289).

O biopoder busca agora, gerir e regular a população através do discurso do saber. As instituições de saúde legitimam as ações governamentais do Estado. Estas ações, agora, um pouco mais sutis do que o poder disciplinar, visam responder às necessidades do mercado econômico, tão importante para o próprio fortalecimento do Estado (Foucault, 2008a).

Neste cenário, vemos o Estado implantar políticas públicas para promover o crescimento da população e de suas capacidades laborais, para exercer as funções de controle na sociedade e na produção. No campo do saber, a medicina, a psicologia, a pedagogia e as demais disciplinas de ciências humanas e naturais, produzem as legitimações e normatizações desta nova governamentalidade (Guareschi, Lara & Adegas, 2010).

O biopoder também é capaz de classificar segmentos populacionais, diagnosticar níveis de suposta normalidade, promover modelos educacionais, métodos de prevenção, saneamento básico e tratamento de uma população. Estas políticas públicas, surgem com a preocupação do Estado para com o indivíduo em todo o seu ciclo vital e laboral, bem como suas relações com a família e com o trabalho (Guareschi, Lara & Adegas, 2010).

Com isto, tem-se a importância dos estudos e intervenções na lógica das famílias de suas relações: a manutenção familiar, o investimento dos filhos para o estudo e mercado de trabalho, enfim, a família como microempresa. Consequentemente, há preocupação com a qualidade de vida do trabalhador, as horas de trabalho, os benefícios, as garantias por tempo de exercício [...] (Guareschi, Lara & Adegas, 2010, p.335).

A construção do Estado moderno que na perspectiva foucaultiana é engendrada e determinada pelas práticas, saberes e técnicas governamentais ao longo do tempo e espaço da história, produz também as experiências subjetivas, que em conflito com os direitos de liberdade do indivíduo, com o mercado livre e competitivo foram responsáveis pelo surgimento de um sujeito histórico caracterizado pelo empreendedorismo de si (Guareschi, Lara & Adegas, 2010).

Os mesmos autores (Guareschi, Lara & Adegas, 2010) em um estudo que discute as políticas públicas na constituição do sujeito contemporâneo através dos pensamentos de Foucault, afirmam que a partir do século XIX a governamentalidade foi progressivamente norteando os valores de poder como por exemplo as relações entre pais e filhos, professores e alunos, chefes e subordinados etc.

É neste cenário do modelo econômico neoliberal que começa a surgir um sujeito de interesses, subjetivado pelos pensamentos do mercado econômico, que Foucault (2008a) chama de *homo oeconomicus*. Vive como homem empresa, e se submete as normatizações do sistema financeiro, inclusive às dinâmicas concorrenciais. Este sujeito, também é conhecido por empreendedor de si. Este novo sujeito de interesses, também é influenciado pelas biopolíticas e pela governamentalidade do Estado moderno.

Além do *homo oeconomicus* agindo como sujeito de interesses no neoliberalismo estadunidense, Foucault (2008a), relata a coexistência de um outro autor que atua não pelas regras econômicas, e sim pelo modelo jurídico regido por contratos sociais. A este sujeito o autor o identifica como sujeito de direito. Portanto o *homo oeconomicus* e o sujeito de direito coexistem, porém não obedecem à mesma lógica. Isto não impede o *homo oeconomicus* de se

converter em sujeito de direitos, seguindo a lógica jurídica e vice-versa, uma vez que o sujeito de direitos se converte em um sujeito de interesses seguindo a lógica do mercado financeiro (Foucault, 2008a).

Temos, portanto, um modelo neoliberal que no mesmo ambiente constrói um espaço populacional com atores que são regidos pelas mecânicas do mercado financeiro e um espaço com uma população que não se ajustou as regras mercadológicas ou que não consegue ser inserida nesse processo de racionalização. O sujeito de direitos também necessita de intervenção do Estado, contudo, as intervenções acontecem através de políticas públicas (e não mediados nas regras comerciais) de forma compensatória para garantir os mínimos direitos individuais (Guareschi, Lara & Adegas, 2010).

A coexistência do sujeito de direito e do *homo oeconomicus*, pode promover o desequilíbrio do modelo neoliberal na medida em que para assegurar juridicamente a emancipação do sujeito de direito, o Estado deve interferir muito além de suas funções mínimas, nas regras do mercado, dificultando a auto regulamentação, bem como fragilizando as relações concorrenciais e gerando riscos para a existência do *homo oeconomicus* (Guareschi, Lara & Adegas, 2010).

As subjetividades construídas pelo modelo neoliberal levam o *homo oeconomicus* a acreditar que a própria expansão econômica do mercado financeiro manterá a garantia de seus direitos, minimamente mediados pelo Estado, como a única forma de alcançar sua emancipação financeira e suas liberdades. Este sujeito de interesses acredita que desta forma e com a adesão de todos neste processo de racionalização, vão construir coletivamente um círculo lucrativo e de estabilidade econômica. Mas, na verdade, são sutilmente domesticados pelo Estado que age a partir dos interesses estabelecidos pelo mercado financeiro (Foucault, 2008a).

No modelo neoliberal estadunidense, o *homo oeconomicus* é o sujeito que tem sua vida social organizada pelas relações econômicas. Desta maneira as formas econômicas agem como princípios de inteligibilidade ou racionalização nos processos de relação e comportamentos sociais. Podemos entender que as relações econômicas definem a cultura organizacional desses sujeitos de interesse econômico (Foucault, 2008a).

Podemos pensar no exemplo da mãe que ao cuidar dos filhos, projeta o esforço realizado nos ganhos que terá no futuro quando a criança se tornar um adulto. Falamos

de uma inversão mensurada do tempo – a criança que, se bem investida se tornará um adulto produtivo. As relações familiares tornam-se espaços de mediação entre o privado do lar e o mercado econômico. Esse processo mensurado de racionalização faz do investimento nas pessoas um tipo de investimento no capital humano – portanto, que toda reação à conduta dos indivíduos não seja aleatória mais racional (Guareschi, Lara & Adegas, 2010, p.337).

Rosa e Púzio (2013a), em um estudo sobre a atuação das psico-ciências na construção do *homo oeconomicus*, explicam que a racionalidade neoliberal quando se utiliza das tecnologias chamadas de psico-ciências no campo da administração empresarial, acabam governamentalizando os indivíduos ou grupos sociais, através de investimentos nos *selfies*, sem, portanto, criar maiores coerções. A cultura administrativa através dos dispositivos psi, condiciona estes indivíduos à novas legitimações de um saber normativo, utilizando-se de discursos que supostamente potencializam seus ganhos pessoais, melhorando a sua condição enquanto capital humano.

É neste sentido que a linguagem das teorias administrativas vai incorporando discursos e práticas situadas no campo das “psico-ciências” que resultam na governamentalização da racionalidade neoliberal estadunidense, ocasionando certos alinhamentos permeados por técnicas e programas que buscam, através de jargões como: “seja um líder nato”, “tenha ousadia”, “obtenha sucesso”, “seja proativo” entre outros, constituir uma prática de ação de estímulos sobre os indivíduos, responsáveis pela constituição de um sujeito empreendedor, que se utiliza do marketing pessoal para alcançar ganhos (Rosa & Púzio, 2013a, p.225).

Guattari e Rolnik (2000, p. 16), afirmam que enquanto a racionalidade neoliberal é responsável pela sujeição econômica, a cultura também produz sua sujeição subjetiva, que atinge ao indivíduo, como também a sociedade, sendo encontrada em todos os níveis de produção e do consumo. A esta complementaridade entre economia e cultura, os autores chamam de “cultura de equivalência”. A sujeição acontece em todos os sentidos de cultura, seja na cultura-valor, na cultura civilizatória ou na cultura de massas.

Além do discurso normativo jurídico do direito que foi citado por Foucault (2005), os discursos normativos do saber também constroem novas subjetivações no sujeito, constituindo também uma das mecânicas do poder disciplinar. Este poder disciplinar, por exemplo, levou também a *medicalização*¹³ não só de doenças, como também de condutas, dos comportamentos e dos discursos.

É importante esclarecer que para Foucault (2010) a medicina assume de fato seu papel na intervenção de doenças e de mortes por eles provocados a partir do século XX, graças a

descobertas de novas tecnologias como tratamento com antibióticos, procedimentos assépticos e de cirurgias com uso de anestésico. Porém, o autor analisa que apesar da medicina dos séculos anteriores não tratarem de fato as doenças ou evitarem as mortes seja pela ignorância do médico ou do saber médico, atualmente, ainda há divergências da cientificidade médica, das positivities de suas ações e da própria eficácia dos tratamentos.

Rosa e Puzio (2013b) em seu trabalho sobre a nova economia política neoliberal e sua governamentalidade sobre o corpo e o cuidado com a saúde, baseando-se no trabalho de Siqueira (2010), revelam a indefinição desde 1990 da atual medicina psiquiátrica quanto a classificação e de suas formas de tratamento sobre a compulsão. Os autores questionam, portanto, a governamentalidade sobre as normatizações impostas pelos saberes médicos, que ainda na atualidade, demonstram-se imprecisas, e mesmo assim, exercem forte poder disciplinar interferindo nas relações sociais e de trabalho, rotulando os indivíduos como normais ou doentes.

Mas foi com a medicalização que a medicina clínica ganhou o impulso adquirido dimensões totalmente novas. Além de buscar o tratamento com a medicalização nos ambientes dos doentes físicos, nos últimos decênios, a medicina já ultrapassava estes limites e buscava-os agora a medicamentar “outras coisas que continuavam a ser- não médicas- e pareciam não ‘medicalizáveis’”. Foucault (2010, p.183) afirma que as práticas médicas começam a normatizar os comportamentos e as práticas sociais.

Ainda no campo disciplinar, a proposta de práticas médicas governamentalizadas pelo Estado, possuíam o intuito de proporcionar à sociedade, indivíduos fortes, capazes de trabalhar, aumentando assim o processo produtivo. Se a medicina já havia sido agenciada pela forte indústria farmacêutica no processo da medicalização, agora se torna também instrumento de manutenção e reprodução da força de trabalho conforme as necessidades do mercado econômico (Foucault, 2010).

Como propostas analíticas que vão além daquelas encontradas no pensamento de Foucault (2008a) principalmente sobre o modelo neoliberal dos últimos anos, Han (2014), afirma que o poder disciplinar não estar mais sendo dominado pela negatividade, pela inibição ou pela proibição. O modelo neoliberal atual adquiriu uma forma mais sutil, com novas racionalidades de caráter positivo, que potencializa ao sujeito os direitos de suas liberdades.

Este novo poder, inteligente e amável, não opera mais contra a vontade do sujeito subjetivado. Agora utiliza as vontades ao seu favor, sendo muito mais atrativo que o poder disciplinar, que é mais repressor. Por não atuar através de proibições e subtração, e sim pela amabilidade, flexibilidade e liberdade, promove ao *homo oeconomicus* a busca de sua eficiência não mais pela submissão, agora pela dependência (Han, 2014).

Han (2014) contrapõem as biopolíticas com as psicopolíticas, na qual afirma que o modelo neoliberal atual, se esforça em gerar emoções positivas, seduzir o sujeito e lhe oferecer facilidades. O poder inteligente se ajusta com a psiquê. Permite ao *homo oeconomicus* ser comunicativo, não impondo mais nenhum silêncio. O poder inteligente avalia os pensamentos do sujeito e os auxiliam para se tornarem melhores e mais organizados, sempre por vontade própria (de forma voluntária) e assim, agem no sujeito com suas dominações, sem sofrer resistência.

O modelo neoliberal no qual Foucault (2008a) discursa sobre a competitividade do *homo oeconomicus*, Han (2014), complementa que, atualmente, essa concorrência provoca e motiva estes sujeitos a também buscarem melhorias pelas novas técnicas da psicopolítica. O *homo oeconomicus* que já se ocupava em melhorar seu corpo biológico (somatocracia), descobre-se agora melhorando sua psique para aumentar o ganho na força produtiva.

Han (2014, p. 42) informa que além do desenvolvimento de produtos e serviços, há também, na atualidade, um grande desenvolvimento da produção “imaterial ou incorpóreo”, objetos que o autor chama de não físicos, como informações, programas, aplicativos digitais e dados informatizados. O autor explica que a necessidade de melhorias no corpo, começou a render-se ao melhoramento da mente. O melhoramento cognitivo, vem se distinguindo das técnicas disciplinares da medicina psiquiátrica dando origem a um novo sujeito, o sujeito de desempenho.

2.4 Do empreendedor de si ao sujeito de desempenho em Han

O *homo oeconomicus* convertido no século XXI em sujeito de desempenho (Han, 2017), ainda continua com suas heranças nas técnicas disciplinares e sua capacidade produtiva ainda está relacionada a ela. É por meio desta governamentalidade neoliberal versada em pleno século XXI que encontramos a condição do trabalhador em seu duplo papel: tanto como empresário quanto como empregado. Inclusive, Han (2017) chama esta responsabilidade da gestão, que é ao mesmo tempo responsabilidade da produção e da hiperatenção.

Professor de Filosofia e Estudos Culturais da Universidade de Berlim, Byung-Chul Han (2017) nomeia o indivíduo ocidental contemporâneo pós-disciplinar de sujeito de desempenho. Ao contrário do sujeito disciplinar coercitivo que vive da negatividade do externo, o sujeito de desempenho vive do excesso de positividade e, portanto, de uma dimensão subjetiva interna. Antes o sujeito disciplinar recebia de fora (dimensão subjetiva externa) o enunciado “tu deves”, enquanto hoje diz para si (dimensão subjetiva interno) “nós podemos”.

Para Corbanezi (2018), o excesso de positividade fica evidente no sujeito de desempenho, uma vez que ele necessita ser extremamente produtivo, ativo e muito acelerado, tendo em vista que a sua vida profissional é cheia de palavras-chave como “projeto”, “motivação”, “iniciativa”, “eficiência”, “flexibilidade”. O autor reforça ainda que a hiperatividade que significa a sua impossibilidade de dizer “não” também se configura como uma das psicopatologias modernas em crescimento, uma vez que esse excesso de positividade e aceleração o leva a esgotamento psíquicos, algo característico da nossa época histórica.

Ao descrever o cansaço do sujeito de desempenho, Han (2017, p.34) o compara ao *animal laborans* de Arendt (2013). O autor descreve que para sobreviver, os animais precisam exercer diversas tarefas ao longo do dia, como caçar, comer, copular, vigiar a prole e o parceiro etc. Mas, para exercê-lo o animal cumpre todas as tarefas de maneira superficial. Em sua correlação, a dinâmica social do sujeito de desempenho também é de multitarefas, uma vez que as atividades são executadas sem aprofundamento ou dedicação a uma vida contemplativa. Com suas próprias palavras, “não gera nada de novo. Reproduz e acelera o já existente”.

Segundo Han (2017, p.21) cada época possui suas enfermidades fundamentais. Tivemos a era bacteriológica que foi controlada pelos antibióticos e vivemos ainda em uma época de virologia no qual os estudos imunológicos já estão abandonando-a. No século XXI, o autor enfatiza que será a era neuronal, no qual doenças como a depressão, Transtorno de Déficit de Atenção e Síndrome da Hiperatividade – TDAH, transtorno da personalidade limítrofe e até a síndrome de burnout são alguns exemplos das patologias emergentes desencadeadas pelo processo de hiperatividade e positividade da sociedade.

A superprodução e o superdesempenho em uma sociedade que também vive em superexposição e na supercomunicação, também geram relações de poder e de violência.

Contudo, agora agem com viés positivo de forma imanente e sutil, deixando o sujeito saturado, excludente e exaustivo. Quando percebe, já se encontra esgotado e doente. Para o autor esta é a era neuronal (Han, 2017).

Enquanto a sociedade disciplinar encontra-se caracterizada pela inibição e proibição, a sociedade do desempenho reforça o seu poder plural coletivo: do nós podemos, verbo de caráter positivo que transmite ao sujeito à sensação de liberdade e poder ilimitado. O que na sociedade disciplinar dominada pela negatividade gerou “loucos e delinquentes” (outsiders), na sociedade do desempenho, do cansaço e de esgotamento neuronal produz sujeitos “fracassados e depressivos” (Han, 2017, p.25).

Han (2017) aponta para características comuns entre a disciplina e o desempenho, principalmente por serem um processo contínuo, haja vista que habitam o mesmo inconsciente social. Como exemplo, o empreendedorismo de si, a preocupação com o dever e suas individualidades. Neste processo contínuo o autor afirma que há algum conflito de transição entre eles. Porém, este paradigma logo é vencido pelo desempenho na qual as suas novas racionalidades prometem não somente ganhos financeiros, mas também satisfação, emoção e felicidade, tudo o que for positivo. Segundo Han (2017), ser positivo é bem mais atrativo e eficiente. Além do *homo oeconomicus* manter suas características disciplinares na busca na melhoria da sua performance, agora, acrescenta a melhoria cognitiva.

Na busca pelo rendimento e pelo desempenho, mais uma vez o sujeito conta com o saber médico que continua firme e impositivo na governamentalidade. Na sociedade disciplinar o que era chamado de *doping* cerebral (fator negativo), agora os cientistas da neurociência o chamam de *neuro-enhancement*, ou seja, melhoramento cognitivo de caráter positivo (Han, 2017). Na literatura atual há uma enorme divergência pela ciência sobre os efeitos deste melhoramento cognitivo. Muitos estudos são focados nos indivíduos com déficit de atenção, de memória e de aprendizado. O autor também afirma que há o crescimento da produção científica sobre a psicofarmacologia usada por indivíduos sadios.

Segundo Magalhães (2014), a educação convencional e os exercícios físicos são atualmente as formas estabelecidas para a busca da melhora da concentração e do aprendizado. Porém, nas últimas décadas tem se colocado em evidência outras tecnologias cognitivas: como substâncias que promovem a melhora do desempenho cognitivo, as chamadas *smart drugs*; técnicas invasivas para estimulação cerebral através de eletrodos com

o intuito de recuperar a função motora ou mover próteses robóticas; e até mesmo exoesqueletos controlados por sinais neuronais.

Farah et al (2014), completa que as práticas desportivas aeróbicas, estimulação cerebral e até as práticas de meditação chamadas de *mindfulness* podem ser utilizados para o aprimoramento cognitivo. Contudo, o termo aprimoramento cognitivo leva sempre ao pensamento de intervenções por psicofármacos ou outros estimulantes cerebrais.

O sujeito de desempenho de Han (2014), que já é dócil e disciplinado, agora, busca a eficiência de si ao grau máximo, racionalizado com a positividade, onde a *boa vida* não mais lhe pertence, e sim os rendimentos financeiros, como landmarks na construção do sujeito, que adocece, não somente do *soma*, agora também do *psico*. Suas consequências, vão além da fadiga, agora, depressão e Burnout.

Para Han (2014), os processos mentais são otimizados para aumentar a produtividade, ou seja, “a disciplina corporal cede à otimização mental. Assim, o neuro-aprimoramento difere fundamentalmente das técnicas disciplinares psiquiátricas”. Na concepção do autor, o neoliberalismo como uma nova forma de evolução se descubre sobre a psique como uma força produtiva. “Essa virada para a psique e, com ela, para a psicopolítica, está relacionada à forma de produção do capitalismo atual, uma vez que este é determinado por formas de produção intangíveis e incorpóreas”. O foco deixa de ser o objeto físico e concentra-se nas informações e programas, desta forma “o corpo como força produtiva não é mais tão central quanto na sociedade disciplinar biopolítica” (Han, 2014, pp.41-42).

3. Considerações finais

Ao dialogar com a analítica foucaultiana, o presente ensaio lança luz sobre a contemporaneidade do *homo oeconomicus* no contexto da biopolítica convivendo com o sujeito de desempenho de Byung Chul Han, cuja produtividade ultrapassa o corpo físico e alcança a psique humana, agora no contexto da psicopolítica. Essa transformação histórica mantém relação direta com os ganhos do capital, orientada pela racionalidade neoliberal.

Constata-se que os modos de subjetivação encontrados por Foucault, ao tratar da racionalidade neoliberal a partir do século XX, evidencia-se os seus desdobramentos sobre o biopoder que passaram a orientar a produção de um novo sujeito histórico. Essa transformação esteve diretamente relacionada ao aumento da capitalização do sujeito (através

do empreendedorismo de si), visando alcançar a plena realização profissional e emancipação financeira, no qual, acredita ser o caminho para alcançar seus direitos e liberdades.

A consolidação da racionalidade neoliberal, subjetivada pelo Estado, transformam a livre concorrência em um modo de vida, no qual fez surgir o sujeito de interesses, que se capitaliza, se empreende acreditando que desta maneira estaria atuando com maior liberdade e transparência. Contudo, não percebe a própria exploração e a precarização do trabalho. A pejetização tornou-se um modelo comum trazendo consigo a corrosão dos direitos trabalhistas e o desemprego.

Devido a mudanças no contexto social, político e econômico ocorridos no século XXI evidenciadas pelas transformações tecnológicas da pharmaceuticalização para melhoria do desempenho e na positivação do discurso do sujeito, no qual acredita que tudo pode, levam a cada dia, muitos jovens a buscas constantes e exaustivas do aprimoramento de suas carreiras profissionais, seja através do doping físico, seja no doping cognitivo.

Concluimos que no século XXI, o sujeito de interesses, disciplinado e adaptado às racionalidades do mercado econômico liberal, o *homo oeconomicus* de Foucault, que busca na força do capital humano sua estratégia para o que acredita ser o sucesso e reconhecimento social: a estabilidade no trabalho e a remuneração alta, agora enfrenta novas subjetividades positivas. Sobre as ações coercitivas da psicopolítica, este sujeito encontra-se agora dócil e dedicado, e não percebe que os braceletes construídos por si mesmo, para ornamentar as suas mãos de senhores da nobreza, na verdade são os mesmos grilhões dos escravos nietzschianos que os forçam a renunciar as suas relações socioafetivas em suas dimensões temporais.

Como limitação do estudo evidencia-se a necessidade de uma nova releitura das relações de poder que perpassam o sujeito do século XXI, não mais sustentado pelo discurso sobre biopoder. Nesse caso, indicam-se novos estudos que levem em consideração as novas coerções, desta nova sociedade da transparência, da positividade, de sujeitos acelerados que buscam as melhorias cognitivas para o aprimoramento da mente, não abandonando com isto o aprimoramento do corpo. Como sugestões para futuras abordagens, recomendam-se novos estudos a partir da perspectiva do *sujeito de desempenho*, a partir do *empreendedor de si* foucaultiano, nesta nova e sutil ação da governamentalidade neoliberal.

Referências

- Andrade, D. P. (2019). Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estudos CEBRAP*, 38(1), 109-135. Epub May 06, 2019. doi.org/10.25091/s01013300201900010006
- Andrade, D. P., & Ota, N. K. (2015). Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*, 27(1), 275-316. doi.org/10.1590/0103-207020150115
- Arendt, H. (2013). *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Editora Companhia das Letras.
- Bachur, J. P. (2006). Individualismo, liberalismo e filosofia da história. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (66), 167-203. doi.org/10.1590/S0102-64452006000100008
- Campos, S. (2014). Neoliberalismo e dependência na América Latina. *ABI*, 23(1).
- Corbanezi, E. (2018). Sociedade do cansaço. *Tempo Social*, 30(3), 335-342.
- Costa, S. D. S. G. (2009). Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação & Realidade*, 34(2), 171-186.
- Danner, F. (2017). *Biopolítica e liberalismo: a crítica da racionalidade política em Michel Foucault. 2011. 168 f* (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Filosofia) -Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em:< <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3504>>. Acesso em 23/06).
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo*. Boitempo editorial.
- Foucault, M. (2005). Em defesa da sociedade. *Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b). Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).

Foucault, M. (2010). Crise da medicina ou crise da antimedicina. *verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.*, (18).

Friedman, M. (2019). *Capitalismo e liberdade*. Leya.

Guareschi, N. M., de Lara, L., & Adegas, M. A. (2010). Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o *homo oeconomicus*. *Psico*, 41(3), 12.

Guattari, F., & Rolnik, S. (2000). Micropolítica: cartografias do desejo. 6a. edição. *Petropolis-RJ, Editora Vozes*.

Hamann, T. H. (2012). Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Ecopolítica*, (3).

Han, B. C. P. (2014). Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. *Barcelona: Herder*, 18.

Han, B. C. P. (2017). Sociedade do cansaço. 2a. edição. *Petrópolis- RJ, Editora Vozes*.

Kelniar, V. C., Lopes, J. L., & Pontili, R. M. (2013). A teoria do capital humano: revisitando conceitos. *VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica*.

Leme, A. A. (2010). Neoliberalismo, globalização e reformas do estado: reflexões acerca da temática. *Barbarói*, 114-138.

López-Ruiz, O. (2008). A técnica como capital e o capital humano genético. *Novos estudos CEBRAP*, (80), 127-139.

Matos, S. T. S. (2008). Conceitos primeiros de neoliberalismo. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, 13(1/2), 192-213.

Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15(2), 320-332. doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010

- Morais, R. C. (2001). *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* (Vol. 6). Senac.
- Oliveira, J. P. F. (2013). Federalismo e Ordoliberalismo Alemão: os entrelaces de 1948 a 1966. In: *4º Encontro de administração política para o desenvolvimento do Brasil, Vitória da Conquista*.
- Rosa, P. O. (2014). *Drogas e a governamentalidade neoliberal: uma genealogia da redução de danos*. Editora Insular.
- Rosa, P. O., & Puzio, M. (2013a). Governamentalizando o empreendedorismo de si: como as "psicociências" fomentam a produção do *homo œconomicus*. *Sociologias Plurais*, 1(2).
- Rosa, P. O., & Puzio, M. (2013b). A Nova Economia Política do corpo: poder, saúde e cuidado na era da governamentalidade neoliberal. *Pensamento Plural*, (13), 29-50.
- Schnyder, G., & Siems, M. (2012). The 'ordoliberal' variety of neo-liberalism. *Banking systems in the crisis: The faces of liberal capitalism*, 250.
- Siqueira, L. (2010). uma genealogia das compulsões. *verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.*, (18).
- Smith, A. (1983). *A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural.
- Veiga-Neto, A. (2005). Governo ou governmentamento. *Currículo sem fronteiras*, 5(2), 79-85.
- Viana, G., & Lima, J. F. D. (2010). La teoría del capital humano y el crecimiento económico. *Interações (Campo Grande)*, 11(2), 137-148.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Florêncio Augusto Filho – 40%

Pablo Ornelas Rosa – 40%

Giovanna Rosario Soanno Marchiori – 20%